



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/23

FL. N.º 151

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 26 DE JUNHO DE 2023

N.º 3/2023/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho;

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 26 de junho de 2023;

Mesa (CDS/PP):

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;

1.º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;

2.ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.

Membros eleitos pelo CDS/PP:

- José António Abrantes Soares de Almeida;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;
- José do Nascimento Peres;
- José Augusto Tavares Ferreira;
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;
- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;
- Alexandra Pinho;
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa;

Membros eleitos pelo PS

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;
- José Hermínio Tavares Fernandes;

Membros eleitos pelo PSD

- João Paulo Carvalho da Silva;

2023.06.26

- Rosária de Fátima Leite Tavares;
- Ana Rita Fernandes Martins;
- Daniel Alexandre Martins Barbosa;

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)

- Arménio Tavares Lige, Arões;
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;
- Henrique Martins Pereira, Junqueira;
- António Luís Martins da Costa, Rôge;
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;

Presidente da Junta de Freguesia (PS)

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;

AUSÊNCIAS:

- Deputada Municipal, Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (e-mail de 26/06/2023, às 12:52h), substituída por Ricardo Jorge da Costa Oliveira;
- Deputado Municipal, Manuel Domingos Fernandes de Almeida (e-mail de 26/06/2023, às 20:03h);
- Deputada Municipal, Diana Martins Abrantes Leite, (e-mail de 26/06/2023, às 19:40h);

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, estiveram presentes em representação da Câmara Municipal:

- o Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;
- os vereadores:
 - Mónica Pinto Seixas;



- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;
- André Agostinho Martins da Silva;
- Tiago Correia Fernandes;
- Frederico da Costa Martins.

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2023;
- c) Período de intervenção dos senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1) Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações;
- 2) Proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 101.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RCM 30/05/2023);
- 3) Acordo de parceria com a Freguesia de Junqueira, no âmbito da realização do III Concurso Nacional de Raça Bovina Arouquesa Arestal 2023 (RCM 30/05/2023);
- 4) Acordo de parceria com a Freguesia de Cepelos, no âmbito da realização da Feira dos 16 – Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa (RCM 14/06/2023);
- 5) Mapa de Pessoal 2023 – 1ª Alteração (RCM 14/06/2023);

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

2023.06.26

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.

Pelas 20 horas e 17 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 26 Deputados Municipais, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** Manuel Miguel Pinheiro Paiva, cumprimentou os presentes e **declarou aberta a sessão.**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, prestou algumas informações relativas a eventos nos quais representou a Assembleia Municipal, incluindo a menção a alguma correspondência relevante, disponibilizando para consulta aos deputados municipais presentes, o dossier com a correspondência recebida desde a última sessão.

b)Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2023:

A Assembleia Municipal, com 5 abstenções dos deputados municipais Ricardo Jorge da Costa Oliveira, Nelson Fernandes de Almeida, Henrique Martins Pereira, Vítor de Sousa Tavares e Manuel Correia de Campos, por não terem estado presentes na referida sessão, e 21 votos a favor, deliberou, por maioria dos 26 membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2023.

c) Período de intervenção dos senhores deputados municipais e presidentes de junta de freguesia:

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, após cumprimentar todos os presentes, abordou algumas questões.

Primeiro referiu-se ao projeto do bar da praia fluvial, dizendo que contava que as especialidades estivessem concluídas no mês de abril, mas constatou que não tinham sido entregues, por isso pretendia saber qual o motivo dessa demora,



porque aproxima-se a época balnear, sem a questão estar resolvida podendo prolongar-se no tempo.

A seguir felicitou a realização das festas de Santo António, e parabenizou as associações envolvidas, que no seu entendimento evoluíram para um nível superior, sugerindo que no próximo ano lhes seja concedido mais espaço e melhores condições. Afirmou ter sido positivo, o acompanhamento das marchas através da emissão audiovisual, no entanto continua a considerar as marchas como o “parente pobre” das festas, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara, qual foi o valor de subsídio atribuído pela Câmara Municipal às marchas das festas de Santo António no ano de 2014, dado que, neste ano de 2023 o valor atribuído foi de 4.500€, questionando qual a diferença desse aumento nos últimos 9 anos, e se o mesmo tem sido progressivo.

Tendo perguntado na última sessão da Assembleia Municipal, pela obra do Centro de Artes e Espetáculos, que ia ficar concluída no dia 31 de maio, pretende saber qual o atual ponto da situação.

Disse ao Sr. Presidente que já passou um ano, sem haver transmissão online, das sessões da Assembleia Municipal, estando a meio do mandato, seria urgente tratar dessa questão.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que foi com um misto de admiração e perplexidade que tomou conhecimento dos esforços hercúleos do Sr. Presidente da Câmara Municipal, na transmissão das festas da cidade, referindo que passaram-se quase dois anos e ainda não conseguiu disponibilizar meios, para fazerem a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal.

Alertou o Sr. Presidente para o que considera ser uma situação irónica, o facto da população clamar por transparência e participação cívica, e as festas ganham

2023.06.26

destaque e os debates são relegados para segundo plano, devendo, em seu entendimento, estar na hora de uma reflexão profunda sobre as prioridades do Município. Afirmou que os cidadãos merecem saber o que é discutido e decidido nas sessões da Assembleia Municipal.

Desistiu de acreditar que as sessões da Assembleia Municipal se realizem à terça-feira, ficando a esperança de que pelo menos sejam transmitidas online, pois o mandato também deve ser escrutinado pelo povo que os elegeu.

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mencionando um desafio premente que não deve ser ignorado, que é a proteção da extensa floresta e a prevenção de incêndios. Afirmou que a prevenção de incêndios não deve ser encarada como uma questão partidária, mas sim como uma responsabilidade comum, que todos devem assumir. Propôs, por isso, a promoção de um consenso político para os próximos 10 anos, com um investimento significativo na implementação de um plano abrangente, para a floresta e prevenção de incêndios no concelho, considerando-o necessário para se evitar tragédias futuras e proteger o bem estar da população valecambrense. Sugeriu que esse plano fosse baseado em medidas como a criação e manutenção de corta fogos, com equipamentos apropriados, a sensibilização da população para práticas seguras, a implementação de tecnologias modernas de monitorização e alerta precoce, e também o fortalecimento da cooperação com as entidades vizinhas em situações de emergência.

Frisou que a Câmara Municipal deve fiscalizar o cumprimento dos procedimentos legais, no que diz respeito à proteção das nossas aldeias, habitações, zonas industriais e floresta, através da limpeza junto das mesmas, devendo haver divulgação dos planos, de prevenção e proteção em vigor.

Afirmou que os incêndios florestais tem um impacto devastador no ambiente, na sociedade e na economia, e que ao investirmos na proteção da nossa floresta, e



na prevenção de incêndios, estaremos a proteger vidas, propriedades e meios de subsistência, evitando perdas irreparáveis, sendo importante a antecipação dessas situações críticas e a implementação de medidas preventivas eficazes.

Reconheceu que a implementação de um plano para a floresta e prevenção de incêndios exigirá recursos financeiros substanciais, mas no seu entendimento o aspeto financeiro não deve ser um obstáculo à segurança e ao futuro de Vale de Cambra, sugerindo que devem ser exploradas todas as possibilidades de financiamento disponíveis, incluindo parcerias público-privadas, fundos europeus e programas de cooperação regional.

Fez um apelo a todos os presentes na Assembleia Municipal para se unirem em prol de um objetivo comum, a proteção da floresta e comunidade Valecambrense contra os incêndios, numa ação coordenada e decisiva para garantir um futuro seguro e próspero para Vale de Cambra.

Manifestou-se perplexo em relação à gestão da obra do Centro de Artes e Espetáculos, pelo arrastamento do prazo de execução da mesma, que de 15 meses passou para 50 meses, e considerou inaceitável a falta de competência e eficiência por parte do empreiteiro na execução do projeto.

Ficou indignado e preocupado com as decisões contraditórias, tomadas pela Câmara Municipal, em relação às sanções aplicadas ao empreiteiro responsável, tendo sido primeiro deliberadas e depois suspensas.

Salientou a necessidade de haver transparência e responsabilidade na gestão da obra, no cumprimento dos prazos e na conclusão do projeto.

Por último perguntou ao Sr. Presidente, se já foram aplicadas as multas ao empreiteiro incumpridor e quando é que as obras terminam.

O Sr. Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira, após cumprimentar os presentes, quis dar conhecimento da sua perspetiva no diz respeito ao acesso ao desporto, à cultura e ao recreio, focando-se especificamente nos pequenos

2023.06.26

movimentos associativos e nas coletividades, dizendo que fazem parte da sociedade e que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em sua opinião, as festas de santo António decorreram muito bem.

Afirmou que é dirigente associativo há muitos anos e considerou haver um fosso muito grande entre o que é o Vale e a serra de Cambra no que respeita ao número de coletividades e ao número de participantes, referiu que nas aldeias é muito menor, mas entende que no vale o número é superior porque também existe uma maior concentração da população.

Elogiou o executivo porque nos últimos 10, 15 anos, o acesso ao desporto e à cultura melhorou, na sua ótica, não de uma forma igual, por todo o nosso território de Vale de Cambra, porque sabe que a serra de Cambra é muito deficitária em infraestruturas desportivas e as que dispõe são muito arcaicas, fazendo com que muitos jovens que querem praticar desporto se desloquem para o centro de Vale de Cambra, contribuindo para que os clubes de Vale de Cambra tenham uma forte participação, competitividade, sendo a competição importante.

Frisou que é muito importante que haja bairrismo entre os clubes, na participação cívica no desporto, cultura e recreio.

Referiu algumas atividades na serra de Cambra; a caminhada “Freita Traking”, “Freita Sky Running”, a rua das coletividades, os festejos do dia da criança na associação de Vilar, a exposição de Tiago, “ O conto de escolinhas de BTT” que se realizou no lugar da Felgueira, pela primeira vez, e o “Viver Arões” .

Por último apelou ao executivo para que continue a fazer esse trabalho de uma forte coesão territorial.

O Sr. Presidente de Junta de Freguesia e Deputado Municipal, Sérgio Miguel dos Santos Soares, após cumprimentar os presentes, parabenizou a Câmara Municipal pela realização das festas de Santo António, que considerou um êxito.



Admitiu que no decorrer das festas, para si o mais importante foi o dia das marchas, tendo gostado muito de ver as crianças a desfilarem e os seniores, valorizando muito as marchas, tendo convidado 8 marchas seniores para atuarem na noite em S. Pedro de Castelões.

Sugeriu que o executivo da Câmara Municipal deve reforçar os apoios concedidos para as marchas.

Manifestou grande surpresa e indignação face a uma publicação no facebook, no dia 10 de junho, das festas setembrinas, em que constava que a Junta de freguesia de S. Pedro de Castelões, tinha recebido uma verba de 20.000€ do Município, para realizar a semana cultural, o que não corresponde à verdade, pois trata-se da deturpação contabilística dos valores, de um excerto do orçamento do ano de 2022, com mentira, ignorância ou má-fé.

Esclareceu devidamente que na realidade, em 2022, apenas receberam 1000€. Sugeriu que as pessoas em causa se retratassem e repusessem a verdade.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, após cumprimentar todos os presentes, faz referência às palavras proferidas pelo Sérgio, começando por dizer que de facto ficou extremamente preocupado, com o que constava num post, efetuado pela associação que organiza as festas setembrinas, de Macieira de Cambra, por duas razões: Em primeiro porque chamam o Presidente da Câmara, de "Ditador" o que considerou muito grave, e em segundo lugar porque insinuam a atribuição de uma série de verbas, que não são verdadeiras, e depois pretenderam comparar uma festa popular a uma atividade organizada por uma Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal, o que não é comparável, porque são coisas completamente distintas.

Sugeriu que seria importante chamar a associação e explicar-lhe o funcionamento da atividade da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia e a atribuição dos donativos à mesma, independentemente de questionarem o valor do apoio.

2023.06.26

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já reagiu ou não, o que tenciona fazer, porque em seu entendimento trata-se de uma acusação muito grave que é pública e que pode gerar uma série de más intenções noutras associações do concelho, e por isso, gostava de ver esse assunto devidamente esclarecido.

Parabenizou a Câmara Municipal pela realização das festas de Santo António que foram um sucesso, e elogiou o Sr. Vereador do pelouro da juventude e do desporto porque foi incansável nas festas, mostrou um trabalho diferenciador em dois pontos; primeiro envolveu as associações do Município e em segundo porque criou uma espécie de ambiente descontraído que fez bem à Praça e à zona envolvente.

Sugeriu que no próximo ano haja mais envolvência dos jovens e de pessoas voluntárias para ajudar no staff das festas de Santo António.

Concordou que todos os apoios que possam ser concedidos às marchas são importantíssimos, mas ainda não estão todas as freguesias representadas e, se estivessem, seria importante pois devia haver mais associações e maior mobilização da sociedade.

Referiu o Plano Diretor Municipal como um dos documentos mais importantes do ponto de vista estratégico para o Município, considerado fundamental, para se poder aumentar a área de construção, para dar resposta à falta de habitação, a problemas demográficos, à fixação de pessoas, e para que o concelho cresça, tendo sempre em consideração as reservas naturais e o património.

Salientou que nestes últimos 12 anos de governação, do mesmo Presidente de Câmara, como Deputado Municipal não conheceu desenvolvimentos nesse dossier do PDM, e que nenhum deputado irá votar sem primeiro o conhecer e perceber, considerando urgente que se comece a discutir esse documento.

Relativamente à obra do Centro de Artes e Espetáculos, questionou qual o ponto de situação, se vai ficar finalizada no prazo ou não, tem a informação que sim,



embora já não seja no prazo inicialmente previsto. Disse que o Município deve salvaguardar o dinheiro público, e também perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se vão ser aplicadas ou não as sanções ao empreiteiro pelo atraso brutal na obra.

Afirmou que em relação às obras da escola de Vila Chã, recebeu a informação de que o novo ano letivo ia começar na antiga escola e, tendo em consideração esse facto, perguntou se seria na antiga escola ou em contentores, e se a antiga escola está claramente pronta, ou se vão transportar contentores para lá.

Informou que o *ranking* das escolas não é satisfatório, porque descemos muito no *ranking* dos exames de acesso ao ensino superior, tendo sido em 2021, 191 para em 2022, 260 devendo ser motivo de preocupação para todos, porque é o futuro de Vale de Cambra que está em jogo e o futuro das próximas gerações.

Admitiu a necessidade de se apostar no desporto, a nível do interior do nosso concelho, e nesse sentido perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se a piscina de Arões/Junqueira está a funcionar ou não, porque se estivesse, seria um mecanismo importantíssimo para o desenvolvimento do interior e para dar a possibilidade às pessoas de poderem praticar esse desporto.

Parabenizou a Câmara Municipal pela realização das comemorações de elevação a cidade, e realçou o momento lindíssimo de cultura com a “nossa” fadista, do qual gostou muito, dizendo que devia ter sido assim também, nas comemorações do 25 de abril, um evento que deve ser dirigido para as pessoas, para o povo, referindo que o Sérgio, em S.Pedro de Castelões, também fez uma festa para as pessoas, onde as pessoas fizeram parte das comemorações, que são de todos.

Concluiu que se nas comemorações do 25 de abril, tivesse havido uma maior participação das pessoas, teria sido uma grande festa da democracia e da pluralidade de opiniões.

2023.06.26

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e começou por fazer uma breve referência a alguns eventos que tiveram grande sucesso, em termos de congregação de toda a nossa sociedade, embora tenham sido muitos, destacou na área da educação a criação da “Rede Qualifica” Vale de Cambra/Arouca, que será uma Rede importantíssima, entre os diversos estabelecimentos escolares dos dois concelhos, quer sejam de ensino convencional, ensino profissional e de outras atividades, justificando-se a importância desse projeto, com a presença da Sr.^a Ministra do Emprego e da Solidariedade Social e do Sr. Secretário de Estado da Educação.

Na área do ambiente ocorreu a inauguração do reforço de abastecimento de água, que contou também com a presença do Sr. Secretário de Estado, e com diversas atividades de sensibilização, para as novas gerações e para as pessoas dos problemas ambientais e da transição climática para a descarbonização.

Na cultura salientou a realização do “ENTRAI” o festival de teatro amador, que se representou em todas as freguesias do concelho.

No desporto o “RunCambra” foi um evento que decorreu muito bem e que mobilizou mais de 2000 pessoas em Vale de Cambra, tendo-se iniciado no dia das comemorações dos 30 anos de elevação a cidade.

Por fim, felicitou o executivo municipal, pela forma como preparou e organizou as festas de Santo António, que na sua opinião englobaram duas dimensões, uma delas a festa em si com os artistas, que são foco de atração das pessoas e depois a outra, que foi extremamente mobilizadora da nossa população, com as marchas dos seniores, idosos e infantis, bandas de música e artistas do nosso concelho que atuaram no palco n.º 2, demonstrando a sua criatividade, as associações e toda a divulgação que foi feita, através dos três canais de televisão.

Ausentou-se o deputado municipal, Sérgio Miguel Santos Soares.



O Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Vítor de Sousa Tavares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra esclareceu que a Junta de Freguesia não se revê nesse tipo de atitude que constou na publicação, que já foi referida nas intervenções anteriores, reforçando que deve ser adotada uma postura de frontalidade, seriedade e acima de tudo, de respeito pelas instituições e pelas pessoas.

Fez referência aquilo que foi dito pelo Deputado João Carvalho, em que os valores podem ser questionáveis ou não, mas não concorda com os meios que utilizaram para fazer esse tipo de observação, lamentando o sucedido.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, após ter cumprimentado todos os presentes, começou por responder ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, dizendo-lhe que não reagiu a essa publicação, que considerou inqualificável; disse que não gostou, considerando desagradável o referido além de ser uma inverdade envolvendo ainda terceiras pessoas, como foi a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, sendo isso tudo falso.

Disse ter recebido uma chamada telefónica a perguntar se um *outdoor* que estava a ser colocado junto à rotunda oval, tinha licença pois nem sabia dessa instalação, tendo contactado o Sr. Vereador do pelouro, para saber se havia ou não algum licenciamento, tendo sido informado que não existia e, sendo um sábado, não estando a fiscalização ao serviço, ligou ao comandante da GNR para fazer essa verificação, o que efetivamente fez, enviando lá uma patrulha. Por estar ausente de Vale de Cambra, devido a compromisso tido no Porto/Gaia, nada mais soube até à noite, cerca das 20 horas, quando voltou a falar com o comandante da GNR, já *post* tinha sido feito. Sabe que naquele local, a Câmara Municipal para licenciar um *outdoor*, tem que ter um parecer da infraestruturas de Portugal, porque a zona é tutelada por esta entidade, daí ter pedido a fiscalização

2023.06.26

da GNR e não pediu expressamente à GNR para ir fiscalizar um *outdoor* da comissão de festas de Macieira de Cambra porque na altura não sabia de quem era esse *outdoor*, tendo já tido o cuidado de dizer isso ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que fosse quem fosse, o procedimento teria sido exatamente o mesmo. Mais disse, quanto à questão dos insultos, que os insultos ficavam com quem os praticava, apesar de haver sempre um tempo previsto na legislação, para, se houver entendimento, agir em conformidade, portanto e essa maturação está a ser feita para perceber se efetivamente valerá ou não a pena dar importância a uma coisa que quando é dita nos termos em foi efetivamente dita, deixa de ter a importância que muitas vezes se dá a situações que são verdadeiramente inqualificáveis, mas que infelizmente acontecem.

Afirmou que ia tentar dar resposta às várias questões que foram colocadas, sendo algumas delas transversais.

Agradeceu à Sr.^a Vereadora Mónica Seixas e ao Sr. Vereador André Silva o trabalho que desenvolveram e a capacidade de congregação e de envolver as associações e de construir um evento muito interessante que tem vindo a melhorar, apesar das críticas que foram feitas, na sua opinião as festas não são só os cabeças de cartaz.

Considerou que o grande momento, e o ponto alto das festas de Santo António, foram as marchas, que integram as marchas infantis que existem desde 2015, e nas quais, este ano, a Câmara Municipal investiu 28.900€, pagando integralmente as roupas às crianças, além de outras despesas das escolas que participaram, contando 1400 marchantes entre escolas e marchas dos adultos, sendo considerando um número impressionante, porque se movimentou muita gente; famílias, escolas, associações e IPSS. De seguida agradeceu a toda a sociedade que se envolveu e que teve grande gosto pelas marchas de Santo António e



também aos trabalhadores da Câmara Municipal que deram muitas horas, para que tudo decorresse da melhor maneira.

No seguimento daquilo que o Dr. José Soares tinha dito, as marchas de Vale de Cambra tiveram um eco na comunicação social muito interessante, porque perceberam que as marchas já tem uma marca identitária muito forte.

Em resposta às questões colocadas, pela Sr.ª Deputada Ana Rita Martins, no que diz respeito ao bar da praia fluvial, não afirmou que o projeto estaria pronto ou que as especialidades estariam prontas em abril. O que tinha dito foi que o procedimento seria aberto nessa altura; estão em execução as especialidades do bar da praia fluvial, foi feita a arquitetura, não seria expectável no início do ano o bar estar pronto para este verão, por isso, foi encontrada uma solução alternativa e ficou um bar a funcionar na praia fluvial.

Abordou algumas questões que foram transversais a muitas delas, nomeadamente o espaço das associações, foi também um *upgrade* importantíssimo nas festas e que funcionou muito bem.

Realçou o trabalho importantíssimo da biblioteca tricotada, que contou com a participação de 150 senhoras que fizeram um trabalho articulado, tratando-se de um projeto da Câmara Municipal, promovendo o convívio entre as senhoras que fizeram trabalhos extraordinários que foram expostos na via pública em frente e ao lado dos Paços do Concelho.

Frisou que o valor atribuído às marchas tem vindo a aumentar, tendo sido em 2021 de 3.750€ e este ano foi de 4.500€ por marcha, embora saiba que não é suficiente para pagar integralmente os encargos que as instituições tem.

Quanto ao interesse em haver nas marchas, representantes de todas as freguesias, disse não ser um trabalho feito por obrigação, mas sim por devoção, para que o concelho estivesse todo representado nas marchas populares de Santo António.

2023.06.26

Aproveitou para responder a todas as intervenções que abordaram a questão do cinema; Centro de Artes e Espetáculos, e utilizando uma metáfora, disse que não tem sido um “parto” fácil, a gestão da obra, não sabe quando ficará concluída, porque todos os dias surgem imprevistos, tornando-se numa situação muito complicada, mesmo assim está ciente de que não vai haver prejuízo para o erário público, nem a perda dos valores que estavam previstos no financiamento, apenas o prejuízo do tempo, na demora da conclusão da obra; há muito tempo que têm sido feita pressão junto empreiteiro, a Câmara Municipal continua a gerir da melhor maneira, de modo a não haver prejuízo nenhum, à exceção do prejuízo tempo, infelizmente ainda não foi concluída a obra.

Em relação às transmissões online das sessões da Assembleia Municipal, foi um compromisso que assumiu, e também com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas não foi ainda concretizado, porque está a ver se consegue algum apoio de fundos comunitários para fazer a aquisição do equipamento, a custos mais baixos para o Município.

Afirmou que a questão colocada pelo Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago, acerca das transmissões online já foi respondida, e passou a responder à questão dos incêndios florestais, dizendo que sempre se preocupou muito com as questões da segurança, da prevenção, associadas aos incêndios, com o apoio aos bombeiros, a proximidade aos meios de combate de outras forças que estão sediadas no nosso Município, a UEPS - Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR, os sapadores florestais, e os meios que se disponibilizam para o combate, com uma boa rede que existe de tanques de água, para abastecimento dos meios terrestres e aéreos, uma vigilância mais apertada, nos momentos mais críticos, feita sempre em articulação com o comando dos bombeiros e em articulação com a GNR.



O programa aldeia segura, que está implementado no concelho de Vale de Cambra, a limpeza das zonas periféricas das zonas industriais e de zonas periféricas de algumas vias, que estão no plano municipal, e uma série de medidas que foram tomadas consecutivamente, nomeadamente a limpeza e a valorização e requalificação de dezenas de quilómetros de estradões florestais, que contribuem para valorizar ou criar condições, de modo a que as pessoas se possam sentir mais seguras. Acrescentou que também há em Vale de Cambra, uma equipa de primeira intervenção permanentemente em articulado com os bombeiros, e com o Comando da Área Metropolitana do Porto, tendo trabalhado no sentido de permitir que os meios e quando existem alertas, não saiam de Vale de Cambra e se concentrem cá as equipas de reforço.

Concluiu que relativamente a essa matéria, e tendo em consideração os meios disponíveis instalados, o nosso concelho, está muito bem servido, comparativamente com os outros.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado José Ferreira, no que se refere ao movimento associativo, entende que não se deve fazer a diferenciação, entre o vale e a serra, considerando que o concelho de Vale de Cambra é um todo, embora saiba que existe alguma diferença, porque no centro, existem mais pessoas a viver, do que no interior, na serra.

Na sua análise, as associações no interior do concelho tem um grande valor, potencial e são muito importantes, desenvolvem muitas atividades e as associações do vale também, pelo que aconselhou, que deviam cultivar a aproximação e a complementaridade, e não haver diferenciação, entre os movimentos associativos, porque cada um desempenha o seu papel, embora por vezes possam surgir dificuldades, na calendarização das atividades e haver sobreposição das mesmas.

Regressou à sessão, o deputado municipal Sérgio Miguel Santos Soares.

2023.06.26

Continuando a sua intervenção, o Sr. Presidente disse que algumas das questões que o Sr. Deputado João Carvalho da Silva abordou, já foram respondidas transversalmente, mas em relação à questão do PDM, concordou completamente com as suas sugestões, admitindo que o PDM tem de ser discutido, conversado e participado, havendo empenho por parte da Câmara Municipal para que o PDM avance, existem alguns pareceres que ainda estão pendentes, não são da responsabilidade da Câmara Municipal, no entanto referiu que a política de solos nacional é contrária à dispersão dos aglomerados urbanos, constatando a existência de duas leituras completamente diferentes; a da Câmara Municipal e a das entidades que superintendem algumas áreas específicas da gestão do território nacional. Informou que relativamente à escola de Vila Chã, o próximo ano letivo vai-se iniciar na escola antiga requalificada, que se encontra ainda em obra; prevê que no próximo ano letivo já deixem de existir os contentores, e a obra esteja concluída.

O *ranking* das escolas também o preocupou, e mais do que o *ranking* da escola, também o ensino hoje em Portugal, que está muito mal, pelas ruas da amargura, os professores estão desmotivados, e vão em quantidades brutais, para a reforma ou pré-reforma.

Afirmou que as piscinas de Arões/Junqueira nunca funcionaram desde o início da construção da escola, devido a problemas de conceção, técnicos, logísticos e a uma série de questões associadas, e de momento, aquilo que está previsto e foi conversado, discutido com a escola, as associações e as juntas de freguesia, é a atribuição de outro fim ao mesmo espaço; um fim social, para um projeto muito interessante que o Município tem, e que já foi apresentado; é um projeto relacionado com as comunidades desfavorecidas, existindo a pretensão para que a utilização daquele espaço, fique à disposição de toda a comunidade de Arões e de Junqueira.



Salientou que as comemorações do dia da cidade, decorreram muito bem.

Por último referiu uma questão abordada pelo Dr. José Soares, que considerou importante, aquando da realização das festas de santo António, o convite que foi feito à sociedade e aos jovens do concelho, para atuarem no palco nº 2, dando a oportunidade aos jovens com potencial de evoluir, começando pelo palco nº 2, e chegarem ao palco principal, como já aconteceu por exemplo com a Ana Beatriz, que ganhou o fado na praça, ou com o Eduardo Gonçalves que também ganhou, um importante concurso nacional.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara o esclarecimento que deu, relativamente à preocupação da Câmara, no que diz respeito à proteção do concelho, para os incêndios florestais, e a informação disponível que transmitiu, para a população de Vale de Cambra.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, deu nota do seu agradecimento e grande reconhecimento à Ana Beatriz Sousa, uma jovem cantora, que tem representado sempre Vale de Cambra, em vários programas de televisão e em vários concelhos do país, divulgando o nome da nossa terra e acima de tudo da nossa música, o fado, um aspeto importantíssimo, e da sua atuação que tornou as comemorações fantásticas, dando-lhe um toque e uma subtilidade aquele evento, especial.

Perguntou de novo ao Sr. Presidente da Câmara, porque não lhe tinha sido dada resposta, se o Município, vai ou não sancionar o empreiteiro, da obra do Centro de Artes e Espetáculos, porque entrou em incumprimento.

Em caso afirmativo, sugeria que o dinheiro podia ser recuperado e poderia ajudar num projeto futuro, até num próximo centro de artes.

De seguida abordou o assunto das emissões online, dizendo que já anda a ouvir falar dele desde o início do mandato, e se o Sr. Presidente vai concorrer a um

2023.06.26

fundo comunitário, e se correr como o cinema, então só em 2045 é que haverá emissão online, espera que seja uma coisa rápida, porque de facto é importante para o debate público, político, e importante para a transparência dos órgãos nomeadamente a Assembleia Municipal, para que as pessoas saibam o que se lá discute, o que pensam, e o que defendem.

Solicitou que se fizesse um esforço brutal, para garantir que na próxima Assembleia iam ter a emissão online.

Afirmou que em relação ao PDM, se de facto, a política nacional é essa, está errado, e aconselhou o Sr. Presidente a fazer uma recomendação em nome da Assembleia Municipal, dirigida às instâncias superiores.

Em relação às piscinas de Arões/Junqueira, lamentou de facto a existência de um equipamento que nunca funcionou, e sabendo que o Sr. Deputado José Ferreira defende muitas vezes o interior, admirou-se de o mesmo, não ter falado desse ponto importante. Questionou como é que foi possível estar tantos anos, com um equipamento importante, estruturante, que podia desanuviar as piscinas municipais, e dar um maior conforto aos jovens e aos menos jovens do município, naquela área do território, que nunca funcionou.

Sabe que não existem equipamentos a mais, e considerou que esta situação é o espelho, de uma governação que não olha, para os problemas graves da sociedade.

Sabe perfeitamente que vão dizer que foi construído anteriormente e também nos mandatos anteriores, mas não vive com o passado, vive com o futuro.

Solicitou ao Sr. Presidente que arranje uma solução rápida, para esse problema.

A Sr^a. Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, uma clarificação em relação à questão do bar da praia fluvial, porque ficou confusa, consultou o portal base e o contacto tem data do dia



18 de abril e tinha um prazo de 15 dias, por isso é que questionou, pressupôs que as especialidades estavam prontas e que ainda não tinham sido entregues.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, afirmou que as sanções obviamente terão que ser aplicadas, mas no seu entendimento, neste momento mais importante do que isso, é a conclusão da obra, e alertou para o facto de todas as pessoas perceberem, que se o empreiteiro abandonar a obra, gera um grande problema para a Câmara Municipal, advertindo que todos devem ter a noção disso, pois trata-se de um processo que tem de ser gerido com muita sensibilidade.

Quanto às transmissões online, disse que ia tentar, que fiquem em funcionamento o mais rápido possível, estando prevista a abertura de um procedimento, que tem um valor considerável não tendo sido possível avançar.

Quanto à questão das piscinas de Arões/Junqueira, afirmou que já estavam construídas, quando tomou posse na Câmara Municipal, e explicou que aquele equipamento foi construído num subterrâneo, sem nenhuma saída ou esgoto das águas, foi sujeito a várias avarias provocadas, pelos danos das águas pluviais. Tem um gerador de emergência, que se por acaso não funcionar, todo o equipamento que são milhares e milhares e milhares de euros que foram ali enterrados, literalmente, enterrados, “morrerão todos por afogamento”.

Frisou que se trata de uma construção mal concebida, mal pensada, e que para aquele equipamento funcionar, ficaria extraordinariamente caro, pelas alterações estruturais que seriam necessárias efetuar, pelo cumprimento da legislação, manutenção e consumo dos equipamentos, e despesas com os funcionários.

Referiu que não é assim tão simples, pôr um espaço daqueles a funcionar, e colocou a hipótese, que se fosse durante dois ou três meses no verão, ainda poderia ser possível, agora durante o ano todo, não, só com um grande

2023.06.26

investimento, pelo que não vai assumir um compromisso, que depois poderia não conseguir honrar, preferindo ser frontal.

Em relação à praia fluvial, informou que os projetos estão em elaboração, não sabe se eram só esses 15 dias, achou um prazo muito curto, para a elaboração de um projeto de especialidades.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de 26 deputados municipais (19 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia):

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Para conhecimento: Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo i, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia algum esclarecimento a prestar relativamente ao conteúdo do documento, não havendo qualquer pedido por parte dos deputados municipais presentes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 16-06-2023, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de abril a 31 de maio de 2023, com a seguinte correção na pág. 53, na situação financeira do Município, no Resumo Diário de Tesouraria: onde se lê 65, deve ler-se 106.

2. Proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 101.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RCM 30/05/2023):

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, referiu que o n.º 2 do artigo 101.º-A, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, previa um espaço



temporal, que permitia aos Valecambrenses que tinham obras ou construções, de existência anterior ao ano de 1993, a sua legalização.

Tendo tido em consideração que esse prazo se está a esgotar, e a existência de vários pedidos de legalização, que estão pendentes de deliberação e para dar continuidade a esse processo de legalização de obras, antes de entrar em vigor o novo PDM, submeteu esta proposta de prorrogação ou alteração de prazo, para a competente aprovação.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, em nome da bancada do PS, solicitou todos os documentos relativos ao PDM, com particular destaque para a proposta, que está em análise nas entidades competentes, para se poderem pronunciar sobre um tema tão importante para Vale de Cambra.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, aceitou o pedido considerando-o subscrito pela mesa, pedindo, de seguida ao Sr. Presidente da Câmara, que lhe faça chegar a referida informação, para que a distribua não só pela bancada do PS, mas por todos os membros da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra, das bancadas do PS e PSD, 2 **abstenções** de Vítor de Sousa Tavares e Manuel Correia de Campos, e 17 **votos a favor**, da bancada do CDS/PP, **deliberou por maioria dos 26 membros presentes**, aprovar, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 101.º-A do Regulamento do Plano Diretor Municipal, conforme proposta da Câmara Municipal.

Declaração de voto da bancada do PS: “Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em

2023.06.26

que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da Bancada do PSD (exceto a deputada municipal Ana Rita Martins): A bancada do PSD vota contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: “ Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, voto contra atendendo ao parecer da ANAM datado de 19 de setembro de 2022, que nos foi dado a conhecer, enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo seu



Presidente, Dr. Miguel Paiva, dado que o conteúdo do mesmo e do parecer da CCDRN, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal de Vale de Cambra de 17/05/2022. Ambos confirmam que, no âmbito do despacho 2/P/2022, tal opção não podia ter sido tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce ainda o facto de se ter solicitado opinião jurídica externa sobre o “parecer ou informação” prestado pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” cujo conteúdo do mesmo não é coincidente com os anteriores.

Deste modo, e mantendo em conformidade a minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins, nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

3. Acordo de parceria com a Freguesia de Junqueira, no âmbito da realização do III Concurso Nacional de Raça Bovina Arouquesa Arestal 2023 (RCM 30/05/2023):

Ausentou-se da sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, Henrique Martins Pereira.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, informou que este é o terceiro ano que se realiza o III Concurso Nacional da Raça Bovina Arouquesa no Arestal, com a designação de concurso nacional, porque adquiriu esse estatuto.

A Câmara Municipal, desde sempre se associou a essa iniciativa, apoiando a própria raça Arouquesa, criando incentivos e distribuindo incentivos aos criadores, de gado do nosso Município, apoiando o interior do concelho, que é a área onde se desenvolve marcadamente, a atividade de produção da raça Arouquesa.

A Câmara Municipal, propôs a atribuição de uma ajuda, à Junta de Freguesia de Junqueira, para a realização da feira e do III Concurso Nacional de Bovinos da

2023.06.26

Raça Arouquesa no lugar do Arestal, e solicitou à Assembleia Municipal que lhe seja dada anuência, para a atribuição desse apoio.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, afirmou que a bancada do PS aceita essa política de acordos de parceria, com as freguesias, na criação de eventos que projetam o nosso concelho.

Apelou à Câmara Municipal para incentivar e investir mais nessas iniciativas.

Por último parabenizou as Juntas de Freguesia de Junqueira e Cepelos pelos dois eventos de excelência.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, referiu que a feira dos 16 de gado da raça Arouquesa em Cepelos e o III Concurso Nacional da raça bovina Arouquesa Arestal 2023, em Junqueira, são dois eventos importantíssimos, e que as Juntas de freguesia tem feito um enorme esforço para que esses eventos cresçam.

Sugeriu que deveria de haver um apoio maior por parte do Município, não só na realização desses eventos, mas também noutros eventos que poderiam ser criados para a divulgação da raça.

Considerou que as duas feiras tem grande tradição e enorme importância na divulgação do produto da raça Arouquesa, mas que seria necessário dar-lhe mais vida, chamar mais pessoas e jovens, incluir outro tipo de vertentes, do sector agrícola para esses eventos, porque o interior precisa de ser cada vez mais estimulado, sendo sempre possível fazer mais nesse sentido.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, aproveitou para reiterar o que já tinha sido dito, em intervenções de anos anteriores, pela bancada do CDS/PP, no que diz respeito a essa matéria, que tem sido discutida e que abrange as duas freguesias de Junqueira e Cepelos, no seu programa de proteger e defender os recursos endógenos, do nosso concelho, incluindo a raça Arouquesa.



Recordou que no passado, foram feitas algumas críticas à organização da semana gastronómica, da raça Arouquesa em Vale de Cambra.

Frisou que a raça Arouquesa tem que ser preservada, e esclareceu que Arouquesa não é só de Arouca, é de toda uma região que também engloba o concelho de Vale de Cambra.

Realçou a importância desses eventos com grande tradição em Junqueira e Cepelos, dizendo que os mesmos se devem manter vivos e ativos, na promoção desse importante recurso endógeno do nosso concelho.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, concordou com o que foi dito nas intervenções, e acrescentou que a Câmara Municipal tem feito esforços apoiando as iniciativas, da feira dos 16 em Cepelos e do Arestal em Junqueira, dando-lhes dimensão, ajudando e também colaborando com apoio logístico.

Disse que a Câmara Municipal se revê naquilo que as duas Juntas de freguesia fazem, e também naquilo que é a importância da criação da raça Arouquesa, que fornece uma carne de extraordinária qualidade, e que importa não se perder e que importa incentivar, tendo sido criado o Regulamento de apoio à raça, sendo concedido um incentivo aos criadores, para que os mesmos possam desenvolver melhor o seu trabalho.

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra, das bancadas do PS e PSD e 18 votos a favor, do deputado municipal, Vítor de Sousa Tavares e da bancada do CDS/PP, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros) e a celebração do acordo de parceria com a Freguesia de Junqueira, no âmbito da realização do III Concurso Nacional de Raça Bovina Arouquesa 2023, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25 do RJAL, conforme proposta da Câmara Municipal;

Declaração de voto da bancada do PS: "Não obstante a nossa concordância

2023.06.26

com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD (exceto Ana Rita Martins): “A bancada do PSD, concorda com os apoios atribuídos, sempre que sirvam para enaltecer a vida social e a cultura de uma Freguesia - neste caso concreto a Freguesia de Junqueira e a realização do III Concurso Nacional de Raça Bovina



Arouquesa Arestal 2023.

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09. “

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: “

Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, voto contra atendendo ao parecer da ANAM datado de 19 de setembro de 2022, que nos foi dado a conhecer, enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo seu Presidente, Dr. Miguel Paiva, dado que o conteúdo do mesmo e do parecer da CCDRN, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal de Vale de Cambra de 17/05/2022. Ambos confirmam que, no âmbito do despacho 2/P/2022, tal opção não podia ter sido tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce ainda o facto de se ter solicitado opinião jurídica externa sobre o “parecer ou informação” prestado pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” cujo conteúdo do mesmo não é coincidente com os anteriores.

Deste modo, e mantendo em conformidade a minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins, nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressou à sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira. Henrique Martins Pereira. -----

4. Acordo de parceria com a Freguesia de Cepelos, no âmbito da realização da Feira dos 16 – Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa (RCM 14/06/2023):

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

2023.06.26

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, afirmou que aquilo que tinha dito relativamente à feira do Arestal, aplica-se rigorosamente à feira dos 16 em Cepelos, e parabenizou a Junta pela iniciativa, dada a importância que a raça tem, referindo que o Município deu apoio financeiro e algum apoio logístico.

Frisou que no fundo aquilo que foi a intervenção anterior para o Arestal é rigorosamente *ipsis verbis* a mesma para Cepelos.

O Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões Sérgio Miguel Santos Soares, disse que não entende as votações, que são feitas na sessão da Assembleia Municipal, e não compreende porque é que fazem um louvor à raça Arouquesa e depois votam contra, pois na sua opinião, quem ler uma ata da sessão posteriormente, ficará com um pensamento negativo das pessoas que votaram contra.

Acrescentou que no período anterior, quando falaram da proposta de alteração, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, as pessoas das bancadas que votaram contra, não tem a noção do número de pessoas, que estão à espera de legalizar, principalmente jovens, para reconstruir as suas próprias casas, e apresentarem os seus processos.

Afirmou que na política não vale tudo.

Apelou à Câmara Municipal, para que reforce o apoio dado à raça Arouquesa. Considerou a raça Arouquesa muito importante, e falou da agricultura, e do PDM que prevê o aumento de mais zonas agrícolas.

Sugeriu à Câmara Municipal a criação de um gabinete de apoio para a agricultura. Referiu que os Presidentes de Junta, se deparam com mais dificuldades nas manutenções das ruas da floresta e dos caminhos, e recordou que antigamente, as pessoas quando tinham animais, limpavam e esforçavam-se para ter outras condições, que hoje em dia não existem.



No seu entendimento o apoio concedido às duas Juntas de freguesia de 3.000€ para a raça Arouquesa é insuficiente, e na sua opinião, não dará para pagar um terço das despesas, para uma feira daquela envergadura, e se fosse para a sua freguesia pedia muito mais, embora saiba que a Câmara tem apoiado logisticamente.

Agradeceu de sua parte no que diz respeito à sua freguesia de S. Pedro de Castelões e aconselhou as pessoas a visitar as feiras da raça Arouquesa, que são uma parte da agricultura, muito importante para Vale de Cambra.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, dirigiu-se ao Sr. Deputado e Presidente de Junta, Sérgio Soares, dizendo que a bancada do PS nada tem contra, e quando votam contra, juntam uma declaração de voto, e quem for ler a ata ficará esclarecido.

A Sr.ª Deputada Municipal Ana Rita Fernandes Martins, manifestou o seu desagrado pelo facto de questionarem a votação da sua bancada, e frisou que quando votam, justificam porque votam dessa forma, e nunca disseram que eram contra os eventos que possam colaborar e ajudar o povo e os Valecambrenses.

Referiu que fica sempre muito bem justificado, porque é que votam contra.

Pessoalmente vota em consciência, e entende que, as pessoas se tiverem dúvidas ao ler a ata, se questionarem e tiverem outras interpretações para além daquelas que estão a tentar passar, também os irão questionar.

Achou excessivo a bancada do CDS, dizer constantemente, que a sua bancada está a boicotar, e que fica-lhes mal isso ou aquilo, ou que estão contra as pessoas, na sua opinião não é nada disso.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, em defesa da honra, da sua bancada, disse que corrobora as palavras, do seu colega Sérgio Soares e que está convicto, de que as bancadas da oposição estão a votar contra, porque são contra e apresentam declarações de voto noutro sentido,

2023.06.26

porque não querem assumir a responsabilidade, por aquilo que estão a votar contra, e recordou que em dois pontos, da última Assembleia Municipal até votaram a favor e não apresentaram declaração de voto, porque na sua opinião estão em substância contra as deliberações e contra os projetos que a Câmara tem apresentado.

O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Rôge António Luís Martins da Costa, no uso da palavra, comentou não entender o facto da votação ser “contra” quando se é a favor.

A Sr.^a. Deputada Municipal Rosária de Fátima Leite Tavares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse que vivemos num país livre, onde cada um tem a liberdade de votar como entende, com a sua consciência.

Esclareceu que a bancada do PSD não está, nem nunca esteve contra, o conteúdo dos pontos, mas sim por questões técnicas, que já explicaram, e que a bancada do CDS pode não concordar, mas não os devem questionar, nem os podem julgar, tratando-se de uma questão, de responsabilidade pessoal política, e uma questão de coerência.

Apelou aos seus colegas deputados, que respeitem a sua votação, porque tem o direito e a liberdade de votar como querem e entendem em consciência, tendo em conta a sua responsabilidade, como Deputados Municipais.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, no uso da palavra, clarificou que cabe à Mesa, assegurar a liberdade de voto de todos e de cada um, o que tem sido feito, da mesma forma, obviamente, será dada liberdade para que cada um intervenha, nos termos que considerar pertinentes, desde que não sejam ofensivos ou de uma outra qualquer forma, agridam a idoneidade e a honorabilidade dos demais membros, da Assembleia Municipal, do Executivo ou até de um outro qualquer cidadão, portanto cabe à Mesa assegurar essa liberdade, competência que está a ser exercida.



O Sr. Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Rôge António Luís Martins da Costa, afirmou que não tem nada contra, quem vota contra ou a favor, só não entende porque é que dizem uma coisa e depois vem falar outra.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, deu por terminada a discussão, dizendo que obviamente cada um vota de acordo com a sua consciência, mas questionou em relação à última Assembleia, na qual houve dois pontos que foram aprovados por unanimidade, em que as bancadas votaram a favor, por isso, perguntou o que é que tem o povo de Junqueira e o povo de Cepelos a menos, para ser desconsiderado por essas bancadas, quando os assuntos desses pontos da ordem de trabalhos, foram votados favoravelmente.

O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, no uso da palavra, parabenizou o Sr. Presidente da Junta de Rôge, porque finalmente o ouviu falar sobre problemas de outras freguesias, considerando que Rôge não tem problemas nenhuns, felicitou-o por isso, e por não ter falado durante praticamente todo o mandato até hoje, sobre os problemas da sua terra.

Seguidamente explicou que existem dois pareceres, um que o Sr. Presidente da Câmara tem e que não é melhor, que o outro que foi pedido pelo Sr. Presidente da Assembleia à Associação Nacional de Municípios, para o ponto em debate, no qual a bancada do PSD se baseia e tem acesso.

Não concordou com a posição do Dr. José Soares de dizer que a bancada do PSD estava a tentar politizar e que votava contra, porque estavam contra, e boicotavam as atividades.

Frisou que votam contra, porque as nomeações foram mal efetuadas, e são coerentes com aquilo que são suas posições, e enquanto essa situação não for esclarecida, a bancada do PSD tem uma dúvida e votará contra, por uma questão de consciência e serão os primeiros a reconhecer se estiverem errados.

2023.06.26

Apelidou de "Clubite" a posição da bancada do CDS, e referiu que se o seu Partido errar, será o primeiro a chamar à atenção, porque para si primeiro está Vale de Cambra e o cumprimento geral e correto da lei.

O Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Junqueira Henrique Martins Pereira, após cumprimentar todos os presentes, disse que se tratava de uma ajuda simples para o concurso do Arestal, solicitada à Câmara Municipal e que não estava a pedir apoio total para o concurso.

Esclareceu que é o terceiro concurso, desde que a Junta de freguesia de Junqueira, tomou a posição de assumir responsabilidades, passou a concurso nacional, os valores dos prémios aumentaram 50% e participam mais concorrentes.

Alertou para o facto de criarem um problema tão grande, para um valor tão pequeno, pois o seu amigo Costa de Rôge falou bem e teve razão em falar, porque na sua freguesia não tem concurso, mas apoia os concursos de Junqueira e Cepelos, e seria bom que houvesse um consenso para a continuação e aumento dos concursos.

Por último, sabe que toda a gente quer falar do interior, mas depois quando pedem alguma coisa para o interior, ninguém apoia, porque Junqueira, Arões, Cepelos tudo é interior, que precisa de ser apoiado.

O Sr. Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, no uso da palavra, esclareceu que a bancada do PS fez questão, que o seu agrado e a sua concordância, para com os eventos em debate conste em ata, e não votaram a favor, pelos motivos que já foram ditos, porque enquanto não estiverem esclarecidos totalmente, será essa a sua votação e são livres de o fazer.

Informou o Dr. José Soares, que votaram a favor, porque foram pontos que não estavam baseados em pareceres técnicos, de nenhum dos chefes de divisão.



O Sr. Deputado Municipal João Paulo Carvalho da Silva, concordou com o Sr. Presidente da Junta de Junqueira, na falta de apoio ao interior, e falou do PDM sobre a necessidade de combater a desertificação.

Afirmou que o apoio ao interior não se faz só com uma atividade, faz-se com muita coisa, e voltou a frisar o assunto da piscina, que era importantíssima, clarificando que existe uma tentativa de politizar essa questão.

Disse que era favorável à criação da raça Arouquesa, e andou a ver o gado do deputado José.

Não concorda que digam que são contra o interior, que não querem saber do interior, porque não é verdade, e considerou haver uma tentativa de politização da questão, devido à bancada do CDS dizer que são contra uma proposta, que a seu ver está a ser construída por alguém que não foi devidamente nomeado, sendo esse o ponto, em que votam contra, porque o chefe de divisão foi mal nomeado, de acordo com um parecer que tem.

Concluiu que gostava de ver todos os Presidentes de Junta, a dizer que tinham falta de apoios, e que era preciso combater o interior, da mesma forma que defende o que pensa e o que percebe.

O Sr. Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, disse que na sua perspetiva, estavam todos presentes na sessão da Assembleia Municipal, para votar propostas que vêm da Câmara Municipal, e não propostas de técnicos, sendo propostas da Câmara Municipal, concluiu que a Câmara Municipal que ganhou com 60% dos votos, está legítima, portanto é isso que estão a votar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, no uso da palavra, Comentou que depois da discussão que apelidou, de quase inócua, na sua opinião, o que está em causa e o cerne da questão é o apoio às duas freguesias de Cepelos e Junqueira, o enaltecimento do trabalho que desenvolveram, e a

2023.06.26

importância daquilo que são essas organizações, além do apoio financeiro que a Câmara Municipal dá, também um apoio logístico considerável.

Por último parabenizou o Presidente de junta de freguesia Cepelos e o Presidente da Junta de freguesia de Junqueira, pelo sucesso dessas duas iniciativas.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, no uso da palavra, agradeceu ao Sr. Presidente, e solicitou permissão para efetuar a correção de um pequeno lapso, afirmando que obviamente o Sr. Presidente não quis dizer que os debates da Assembleia Municipal são inócuos, nunca são, e se fossem a Mesa não permitiria, que se fizessem, sendo sempre produtivos, tratando-se de uma casa plural, onde há divergência e onde é dessa divergência que resulta um enriquecimento do trabalho dos membros e seguramente também do Executivo Municipal, sendo nesse pressuposto que debatem, por vezes intensamente mas sempre convictos, dessa pluralidade que certamente enriquece a todos.

Ausentou-se da sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra, das bancadas do PS e PSD e 18 votos a favor, do deputado municipal, Vítor de Sousa Tavares e da bancada do CDS/PP, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, aprovar a celebração do acordo de parceria com a Freguesia de Cepelos e a atribuição de um apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros), como apoio à realização da Feira dos 16 – Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa, bem como o apoio logístico ao evento que se realiza no dia 16 de agosto de 2023, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25 do RJAL, conforme proposta da Câmara Municipal;

Declaração de voto da bancada do PS: “Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr.



Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD (exceto Ana Rita Martins): “A bancada do PSD, concorda com os apoios atribuídos, sempre que sirvam para enaltecer a vida social e a cultura de uma Freguesia neste caso concreto Cepelos e a realização da Feira dos 13 - Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa.

No entanto, votamos contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece,

2023.06.26

no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição, baseados no parecer n.o 1599/2020 emitido pela CCDR-N a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: “

Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, voto contra atendendo ao parecer da ANAM datado de 19 de setembro de 2022, que nos foi dado a conhecer; enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo seu Presidente, Dr. Miguel Paiva, dado que o conteúdo do mesmo e do parecer da CCDRN, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal de Vale de Cambra de 17/05/2022. Ambos confirmam que, no âmbito do despacho 2/P/2022, tal opção não podia ter sido tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce ainda o facto de se ter solicitado opinião jurídica externa sobre o “parecer ou informação” prestado pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” cujo conteúdo do mesmo não é coincidente com os anteriores.

Deste modo, e mantendo em conformidade a minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins, nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressou à sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida.

Ausentou-se da sessão, o deputado municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.

5. Mapa de Pessoal 2023 – 1ª Alteração (RCM 14/06/2023):

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, explicou que a Câmara Municipal tem um projeto em curso, extraordinário, pelos resultados, pelo trabalho que presta às famílias e às crianças, que é o projeto raízes.



Informou que o projeto nasceu fruto de uma candidatura, associado a um financiamento, que apesar de ter terminado, a Câmara Municipal deu-lhe continuidade, com o serviço prestado às famílias e à comunidade.

Admitiu que para transformar este projeto importante, com extraordinários resultados, num projeto de continuidade e num projeto de futuro existe a necessidade de se prever a criação de três lugares no quadro de pessoal.

Salientou a importância de terem os três técnicos no mapa do pessoal, para poderem iniciar o procedimento de contratação, desses técnicos especializados, dois na área da psicologia e um técnico superior, na área da terapia da fala, devido à necessidade do serviço com uma lista de espera de 27 crianças, com 41 processos concluídos, 75 intervenções que foram realizadas, 79 avaliações e o total de pedidos de integração, 85 casos, estando já interiorizado quer ao nível da própria escola, quando existem alguns problemas comportamentais, alguns problemas de fala, de dislexia, havendo uma série de áreas específicas, que são tratadas e acompanhadas de uma forma muito profissional, pela equipa que está neste momento em funções.

Por fim pediu para que olhem efetivamente para esse projeto, como um projeto de elevadíssimo interesse, para as famílias e acima de tudo, para as crianças, que tem mais dificuldades.

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra, das bancadas do PS e PSD 19 votos a favor, do deputado municipal, Vítor de Sousa Tavares e da bancada do CDS/PP, deliberou por maioria dos 25 membros presentes, aprovar, termos do disposto na alínea o) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL, a 1ª alteração do Mapa de Pessoal 2023, aditando ao atual mapa, os seguintes lugares, conforme proposta da Câmara Municipal:

2 Técnicos superiores – Licenciatura em Psicologia;

1 Técnico superior – Licenciatura em Terapia da Fala.

2023.06.26

Declaração de voto da bancada do PS: “Não obstante a nossa concordância com o conteúdo das várias propostas apresentadas à votação, votamos contra, atendendo ao parecer jurídico da ANAM, de 19/09/22 solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Paiva, cujo teor é claro, ao dizer taxativamente que, “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes, na medida em que essas nomeações foram efetuadas na decorrência da aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, donde que, aqueles cargos nunca estiveram providos, remetendo também para o Relatório n.º 8/2017 do Tribunal de Contas e que, a comissão de serviço dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da Unidade Orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo de dirigente do mesmo nível no cargo dirigente que lhe suceda.

Finalizando, dizemos que, o Regime da designação em substituição prevê que haja cargo de dirigente a prover, não pode esta bancada validar decisões cujo teor legal está em causa. O parecer da ANAM que cita o Tribunal de Contas, órgão judicial com competências de fiscalização, temos em atenção o parecer da CCDR Norte que também cita o mesmo Tribunal de Contas e vem reforçar a posição desta bancada. Por fim, e ao fim de 10 meses de procedimentos concursais urgentes, como a lei classifica os procedimentos em causa, não estarem concluídos, é revelador da falta de eficiência na gestão da coisa pública, e nós, membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, com competência de fiscalização da atividade municipal, não podemos compactuar de forma alguma, com essa situação.”

Declaração de voto da bancada do PSD (exceto Ana Rita Martins): “A bancada do PSD vota contra este ponto, motivados pela dúvida que permanece, no que se refere ao processo de designação de dirigentes intermédios em



regime de substituição, baseados no parecer n.º 1599/2020 emitido pela CCDDRN a 07/02/2020 e no parecer da ANAM de 19/09.”

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: “

Eu, Ana Rita Martins, deputada eleita pela lista do PPD/PSD, voto contra atendendo ao parecer da ANAM datado de 19 de setembro de 2022, que nos foi dado a conhecer, enquanto membros desta Assembleia Municipal, pelo seu Presidente, Dr. Miguel Paiva, dado que o conteúdo do mesmo e do parecer da CCDDRN, anexo à ata da reunião da Câmara Municipal de Vale de Cambra de 17/05/2022. Ambos confirmam que, no âmbito do despacho 2/P/2022, tal opção não podia ter sido tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que acresce ainda o facto de se ter solicitado opinião jurídica externa sobre o “parecer ou informação” prestado pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” cujo conteúdo do mesmo não é coincidente com os anteriores.

Deste modo, e mantendo em conformidade a minha posição com a posição assumida pelo vereador do PSD, Frederico Martins, nas reuniões de Câmara, reafirmo o meu voto contra.”

Regressou à sessão, o deputado municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Do público presente, registaram-se 4 inscrições, cujo teor sumariamente se regista em ata:

Ausentou-se momentaneamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pinheiro e Silva, tendo, a representação da Câmara Municipal, sido delegada na vereadora Mónica Seixas.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao primeiro inscrito:

O Sr. Jorge Manuel Santos Silva, em representação do Sport Clube de

2023.06.26

Cambra, leu uma exposição sobre o condicionamento do trânsito para a realização do evento "26. Passeio Automóveis Antigos à Suíça Portuguesa" pedindo que esta fique a constar em ata, entregando a referida exposição à Mesa da Assembleia, pelo que o texto constará em anexo à ata.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pinheiro e Silva, regressou à sessão, reassumindo a representação da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao segundo munícipe inscrito:

O Sr. Emídio de Albergaria Henriques da Silva, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, dizendo que a sua intervenção era sobre a expropriação de um terreno seu na zona industrial de Algeriz, com a área de 5700m², para a construção de um loteamento industrial e futura venda dos lotes para construção de pavilhões. Disse ter comprado o terreno há muitos anos, com recurso a um empréstimo, pagando juros, para ele próprio construir um pavilhão, possibilidade que a Câmara Municipal lhe negou dizendo que o terreno não estava em zona de indústria, querendo agora esta expropriá-lo para a construção de pavilhões, não percebendo a lógica deste ato, dado que o seu objetivo também era a construção de um pavilhão industrial. A proposta que lhe foi apresentada era a da compra de 5700m², e a possibilidade de ficar na futura Zona Industrial, pagando este 25000€, por um lote com 1625m² e outro com 1300m², totalizando ambos 2925m², sendo a restante área dada. Face ao exposto, queixa-se de que aquela área de terreno lhe custou muito a ganhar e que, se fosse para fazer uma escola, participaria, mas o objetivo para o qual agora lhe expropriam o terreno é o mesmo objetivo que tem para o dito terreno, não entendendo a lógica da atuação da Câmara Municipal perante si.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao terceiro munícipe inscrito:



O Sr. Rogério Batista da Costa, no uso da palavra, cumprimentou o Sr. Presidente e todos os presentes e, depois de algumas alegações a convites não recebidos pela Comissão Política Concelhia do PSD, perguntou o motivo da ausência de convite para a celebração da elevação de Vale de Cambra a Cidade, querendo saber se o convite tinha sido feito pela Assembleia ou pela Câmara Municipal.

Quis deixar uma nota sobre uma atividade na área da saúde, que a Comissão Política Concelhia do PSD pretendia fazer num espaço que pediu à Câmara Municipal dado que, nesse mesmo espaço, foi feita outra atividade. Agradeceu aos vereadores André Silva e Mónica Seixas pela excelência demonstrada no trabalho que fazem, esperando que seja sempre assim no futuro porque o trabalho, em sua opinião, se vê em atos e ações.

Homenageou as festas organizadas pelos Presidentes das Juntas de Freguesias do concelho que promovem o convívio entre as pessoas, acabando com rivalidades; sobre as Festas do Concelho e de St.º António, em sua opinião correram bem, considerando que se deveria ir mais além, lançando um desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para criar uma comemoração de um Stº António Nortinho, tal como Lisboa tem o seu St.º António Lisboa, para que houvesse uma atração a nível da Área Metropolitana do Porto.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao quarto munícipe inscrito:

O Sr. Carlos Firmino Nadais dos Reis, após cumprimentar os presentes, depois de alguma divagação sem concretizar um pedido de esclarecimentos, perguntou para quando estava prevista a aprovação de um novo Regimento da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal Miguel Paiva, respondeu de imediato ao munícipe, dizendo que, no momento se encontrava a ser elaborado

2023.06.26

pela jurista da Câmara Municipal, ali presente, Dr.^a Márcia Ferreira da Silva, um novo Regimento da Assembleia Municipal, esperando para breve a sua apresentação aos deputados municipais.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que justificou e pediu desculpa ao Sr. Eng.^o Jorge Silva, por se ter ausentado no momento da sua intervenção, dado que foi por motivo de força maior, não o podendo evitar.

Sobre a intervenção feita, mencionou que o Sport Clube de Cambra era uma entidade com pessoas respeitáveis, que têm dado provas da sua capacidade e profissionalismo pela forma como organizam as provas e eventos com carros antigos, parabenizando a Associação, na pessoa do Sr. Eng.^o Jorge Silva. Esclareceu que esta Associação foi devidamente licenciada para realizar o “26 Passeio Automóveis Antigos à Suíça Portuguesa” tendo-se apercebido, como convidado no local, da existência de uma sobreposição do trajeto com um segundo evento, facto do qual se quis de imediato informar junto do vereador do pelouro, André Silva, que, reunido-se com as Associações resolveu a situação para que tudo corresse com normalidade. Pediu desculpas quanto ao constrangimento ocorrido, na eventualidade da falha ter sido no licenciamento da Câmara Municipal, garantindo que o Sport Clube de Cambra estava devidamente licenciado, conforme pode esclarecer o vereador do pelouro do trânsito, **José Alexandre Pinho**, a quem deu a palavra, tendo este esclarecido que o pedido de licenciamento do evento do Sport Clube de Cambra, foi devidamente instruído, deferido e licenciado. Mais disse que na véspera teve conhecimento da existência da prova de Atletismo da Associação Alberto Bastos, cujo percurso colidia com o desta Associação, mas que, após contactar a Divisão responsável por informar da possibilidade da sua realização com o trajeto em causa, foi informado que ainda nada tinha sido recebido para o efeito, restando-lhe contactar o Sr. Comandante



da GNR, que o informou da existência de um parecer positivo para a realização da prova, nada mais sabendo. Face a essa informação, pediu-lhe para controlar as duas provas no local, por ambas serem do interesse dos Valecambrenses e respetivas Associações, e para que decorressem dentro da normalidade, verificando-se que não aconteceu, facto que irá verificar, para evitar que se repita uma próxima vez.

Continuando a sua intenção, o Sr. Presidente, tendo em conta a intervenção do munícipe Emídio Albergaria referiu que a Câmara Municipal tenta arranjar soluções coletivas que nem sempre agradam aos individuais, como é o caso, esclarecendo que o munícipe é proprietário de um terreno que se insere numa Zona Industrial, para o qual foi feita uma proposta de aquisição. Afirmou não haver nada contra o cidadão dono do terreno, o qual poderia ser de quem quer que fosse que aconteceria o que está a acontecer, sendo o objetivo poder ter terrenos para a expansão da Zona Industrial de Algeriz.

Sobre a intervenção feita pelo munícipe Rogério Costa respondeu que não houve qualquer intenção de excluir a Comissão Política do PSD das comemorações de elevação de Vale de Cambra a Cidade, garantindo que fará chegar ao Gabinete responsável, a informação de que deve confirmar a existência na sua base de dados, do endereço desta e de outras Comissões Políticas para futuros eventos.

Sobre a celebração do St.º António do Norte e as Festas do Município, disse que neste ano de 2023, a Câmara Municipal esteve presente no Canal 1, no programa "Praça da Alegria", e foram ainda noticiadas as festas pela TVI e SIC, não se podendo comparar o peso do que é o St.º António de Lisboa e o seu eco perante a comunicação social, com as comemorações do Santo Padroeiro de Vale de Cambra, considerando esse não ser um fator desmoralizante na organização das festas que contaram com a participação de muitas associações, instituições,

2023.06.26

escolas, envolvendo tanto os mais idosos como as crianças que desfilaram nas respectivas marchas populares, fazendo desta festa um grande evento.

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:

A Assembleia Municipal, após votação separada, deliberou, por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta da ata que lhes foi distribuída.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de 26 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 23 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente minuta da ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente



O 1º Secretário



A 2ª Secretária





APENSOS À ATA

Transcrição da intervenção do Sr. Jorge Manuel Santos Silva, em representação do Sport Clube de Cambra:

“Dec. Regulamentar n.º 2 A/2005

Circulação automóvel interrompida em várias vias da freguesia de Castelões por atividade desportiva “ 1 Grande Prémio de Atletismo Alberto Bastos” durante a manhã do dia 25/06/2023.

Pergunto quais os meios utilizados para cumprimento do exposto no art.º 12, pontos 1e2 ?

O Sport Clube de Cambra tinha para o passado dia 25/6/2023 um parecer favorável para a realização do evento “26 Passeio Automóveis Antigos à Suiça Portuguesa” documento esse assinado pelo sr. Vereador José Alexandre Pinho.

Este parecer para ser emitido tem de cumprir o estipulado no regulamento n.º 2/ 2005, tendo para isso entregue um tracking com todo o percurso, um parecer das Infraestruturas de Portugal e um parecer das Forças de Segurança.

Na altura que iniciava a atividade foi impedido por alguém que se identificou como sendo membro da Associação Cívica Alberto Bastos.

Pergunto

Como é possível que alguém que nunca evidenciou qualquer documento comprovante da autorização, dizendo apenas que tinha a autorização da Câmara Municipal?

Fazendo fé, no que sempre nos foi dito pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vereador e pelo Sr. Dr. Armando que todas as coletividades eram tratadas da mesma maneira no que se refere às exigências relativamente ao cumprimento do estipulado no Decreto Regulamentar:

2023.06.26

Como foi possível haver sobreposição do percurso a ser verdade o percurso duas atividades sem que os serviços camarários tenham detetado o problema ?

Pelo atrás exposto o Sport Clube de Cambra foi altamente prejudicado na sua imagem de entidade tida como boa organizadora, ao longo dos seus 28 anos de atividade, como por exemplo esta edição do evento em que o Sr. Presidente teve oportunidade de constatar a presença de cerca de 80 viaturas e aproximadamente 200 pessoas vindas dos mais vários pontos do País.

Qual a imagem que foi transmitida do Município em que as pessoas perceberam que o Sport Clube de Cambra estava dentro da legalidade ?

Para terminar queria alertar este Executivo que Desporto, Cultura e Turismo não é só provas de atletismo, mas sim um conjunto de atividades desenvolvidas pelas diferentes coletividades, que com muito sacrifício e carolismo dos seus membros, espalham o nome de Vale de Cambra, por Portugal e o Mundo. A demonstração disso foi a realização da Prova Portuguesa a contar para o Campeonato Mundial de Enduro que foi levado a cabo por este mesmo Clube, que no passado domingo foi boicotado.”-----
